

DESENVOLVIMENTO REGIONAL: PRINCIPAIS TEORIAS

MADUREIRA, Eduardo Miguel Prata¹

RESUMO

Crescimento e desenvolvimento econômico foram considerados sinônimos até a II Guerra Mundial. A reconstrução dos países atingidos pela guerra, juntamente com a política do *Welfare State* (estado do bem-estar) propiciaram a distinção desses termos: crescimento econômico passou a ser entendido como aumento na renda *per capita* do país, enquanto o desenvolvimento econômico passou a ser visto como uma melhoria da qualidade de vida da população em geral. Nos anos 1950, surge um ramo da ciência dedicado ao estudo do desenvolvimento regional. Nesse sentido, foram elaboradas teorias que visavam ao crescimento e ao desenvolvimento de regiões distintas. Grande parte dessas teorias apresentava o Estado como um importante indutor desse processo. Nesse sentido, compreender as teorias que versam sobre o desenvolvimento de uma região, bem como, entender a influência que o Estado desempenha nesse processo, podem gerar subsídios para que os gestores públicos posicionem-se ativamente e criticamente auxiliando no processo de promoção do desenvolvimento econômico.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Regional; Polos de Crescimento; Cadeias Produtivas;

REGIONAL DEVELOPMENT: MAIN THEORIES

ABSTRACT

Economic growth and development were considered synonymous until World War II. The reconstruction of the countries affected by war, along with the welfare state policy (welfare state) led to the distinction of these terms: economic growth came to be understood as an increase in per capita income of the country, while economic development has become It is seen as an improvement in the quality of life of the general population. In the 1950s comes a branch of science devoted to the study of regional development. In this sense, theories have been elaborated aimed at growth and development of different regions. Most of these theories presented the state as a key driver of this process. In this sense, understanding the theories that deal with the development of a region, as well as, understanding the role that the state plays in that process, can generate benefits for public managers position themselves to actively and critically assisting in the promotion of the economic development process .

KEYWORDS: Regional Development, Poles of growth; Productive chains;

“[...] o jogo das forças do mercado tende, em geral, a aumentar e não a diminuir as desigualdades regionais”.
(MYRDAL, 1965 p. 51)

1 INTRODUÇÃO

Aumentos constantes no nível de produção são sinais evidentes de crescimento econômico, mas, para configurarem-se em desenvolvimento² econômico, esses incrementos precisam chegar a toda a comunidade analisada, via melhorias na saúde, renda, educação, entre outros.

Ao se pensar o desenvolvimento de uma região em particular, deve-se ter em mente o conceito de desenvolvimento regional. As principais teorias que abordam esse tema embasam-se na industrialização como o meio para atingi-lo, através de relações em cadeia, visando impulsionar as principais atividades econômicas da região atingida (CAVALCANTE, 2008).

As Cadeias produtivas são estruturas econômicas enlaçadas que se apresentam como propulsoras do desenvolvimento regional. Tanto que, segundo Rippel (1995), por cadeia produtiva entende-se o conjunto de operações de transformação em um produto que podem ser separadas ou agrupadas entre si ou em suas distintas etapas. É também um conjunto de relações financeiras, comerciais, fluxos de trocas entre as várias etapas de transformação que acontecem de montante a jusante ou entre fornecedores e clientes.

Normalmente, uma cadeia pode ser dividida em três segmentos: produção de matérias-primas, industrialização e distribuição. Esses segmentos são capazes de fomentar a economia de uma região em seus setores econômicos básicos: primário (agricultura, pecuária, etc.), secundário (indústria) e terciário (comércio, transportes, etc.).

As cadeias produtivas geram externalidades³ que podem ser de caráter positivo ou negativo. Como externalidades positivas entende-se o emprego, a renda, a infraestrutura, entre outras. Já como externalidades negativas é possível citar as aglomerações industriais, urbanas, poluição, trânsito, etc.

Tais estruturas por si só não trarão o desenvolvimento econômico a uma região, uma vez que nem todas as regiões se desenvolvem ao mesmo tempo e de uma mesma maneira (PERROUX, 1965). Nesse sentido, compreender as teorias que versam sobre o desenvolvimento de uma região, e entender a influência que o Estado desempenha nesse

¹ Economista. Mestre em Desenvolvimento Regional. Membro do GEPEC – Grupo de Pesquisas em Agronegócios e Desenvolvimento Regional da UNIOESTE Professor titular das Faculdades Assis Gurgacz e Dom Bosco. E-mail: emadureira@gmail.com.

² O desenvolvimento econômico de um país, região ou município pode ser entendido como um processo contínuo de crescimento econômico acompanhado por mudanças qualitativas nos indicadores de bem-estar econômico e social. Furtado (1963 p. 19) define a teoria do desenvolvimento como a que busca “[...] explicar, numa perspectiva macroeconômica, as causas e o mecanismo do aumento persistente da produtividade do fator trabalho e suas repercussões na organização da produção e na forma como se distribui e utiliza o produto social”.

³ De acordo com Vasconcellos e Garcia (2008) as externalidades também são chamadas de Economias Externas e se caracterizam quando a produção ou o consumo de algum bem ou serviço, gera efeitos positivos ou negativos sobre outros agentes econômicos, não refletindo em seus preços. É em virtude das externalidades que são criadas leis anti-poluição, de proteção ambiental, do uso da terra, etc.

processo, pode gerar subsídios para que os gestores públicos posicionem-se ativa e criticamente auxiliando no processo de promoção do desenvolvimento econômico.

2. O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O desenvolvimento econômico é um conceito, de certa forma, bastante antigo, e não obstante cercado de controvérsias. Meier e Baldwin (1968) acreditavam que nenhuma definição dada ao desenvolvimento econômico poderia ser definitiva, tendo em vista a complexidade do tema. No momento histórico da sua publicação, esses autores não apontavam diferenças significativas entre os fenômenos do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico. “Embora seja possível estabelecer algumas específicas distinções entre estes termos, eles são, em essência, sinônimos.” (MEIER e BALDWIN, 1968 p. 12)

Um ano antes do término da Segunda Guerra, problemas de toda a sorte começaram a ser percebidos na economia mundial. A escassez de recursos monetários em virtude da guerra e a necessidade de reconstrução se faziam necessários. A reestruturação das economias atingidas era eminente. Diante disso, em julho de 1944 foi realizada uma Conferência na Cidade de Bretton Woods nos EUA, visando criar regras para as operações comerciais e financeiras dos países industrializados, bem como o auxílio às economias em crise (MADUREIRA, 1998).

Nesse ínterim foi criada a ONU (Organização das Nações Unidas) um organismo que, segundo Haffner (1996) trataria da paz mundial, educação, alimentação e coordenaria programas que auxiliassem no desenvolvimento de países mais atrasados e afetados pela guerra. Vinculada a ONU, nasce a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) que por meio de seus estudos, visava entender as peculiaridades da América Latina e Caribe, e fomentar, por meio de seus relatórios, alternativas para o desenvolvimento dessa região.

No ambiente da Terceira Revolução Industrial⁴ desenvolveu-se o *Welfare State*⁵, que de acordo com Galbraith (1994) visava ajudar os menos afortunados. O BIRD e o FMI dispunham, segundo esse autor, de nove bilhões de dólares para reconstrução de países afetados pela guerra e para o desenvolvimento econômico dos novos países independentes.

É nesse ambiente que o desenvolvimento econômico volta à tona, e sua definição passa a contar com novas abordagens teóricas em consequência no novo cenário mundial. Essas novas abordagens consideram crescimento econômico e desenvolvimento econômico como dois fenômenos distintos, mas complementares. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico não se manifestará obrigatoriamente num ambiente de crescimento econômico, porém, não há como conceber desenvolvimento econômico sem a presença do crescimento econômico. “[...] desenvolvimento é, basicamente aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo, à disposição de determinada coletividade”. (FURTADO, 1963, p. 115).

Para Kuznets (1970 p.10) “[...] o aspecto característico do moderno desenvolvimento econômico é a frequente combinação de altas taxas de aumento populacional total e do produto *per capita*, implicando taxas ainda mais elevadas de expansão do produto total”. O autor ressalta que tal ênfase dada sobre o aumento do produto *per capita* configura-se de fundamental importância para o desenvolvimento econômico, na medida em que o aumento da produção *per capita* do país, transfigura-se em mudanças no padrão de demanda, bem como num melhor padrão de vida para a população e uma melhora nas relações internacionais.

Oliveira (2002) acredita que, de forma geral, o desenvolvimento econômico deve resultar do crescimento econômico e necessariamente deverá estar acompanhado de melhorias visíveis na qualidade de vida da população. “O desenvolvimento econômico é um conceito mais qualitativo, incluindo as alterações da composição do produto e alocação de recursos pelos diferentes setores da economia, de forma a melhorar os indicadores de bem-estar econômico e social (pobreza, desemprego, desigualdade, condições de saúde, alimentação, educação e moradia)”. (VASCONCELLOS e GARCIA, 2008, p. 255)

O desenvolvimento econômico é um processo de mudanças estruturais na economia, na política e principalmente nas relações sociais, tanto que para Cardoso e Faletto (1970, p. 16) “[...] o desenvolvimento é em si mesmo um processo social; mesmo seus aspectos puramente econômicos deixam transparecer a trama de relações sociais subjacentes”. O desenvolvimento advém de aumentos constantes do produto e da renda (crescimento econômico), gerando uma maior satisfação das necessidades humanas e uma consequente melhora nos índices sociais.

Ao contrário das teorias que dispõem que uma vez iniciado o processo de desenvolvimento econômico, esse caminha de uma forma natural, cumprindo o ciclo da maturidade à velhice, Hirschman (1961) e Myrdal (1965) posicionam-se de forma contrária, principalmente em relação aos países subdesenvolvidos, que apresentam inúmeros problemas relacionados ao crescimento econômico. Nesse sentido, ambos os autores citam a teoria de Rostow (1974) como fundamental para estabelecer etapas para um desenvolvimento duradouro em países subdesenvolvidos, em razão desse autor não estipular receitas, e sim, versar sobre as etapas que cada nação desenvolvida superou para atingir seu grau de desenvolvimento.

⁴ É chamado de Terceira Revolução Industrial o período que ocorreu nos anos 1950 em que houve uma fusão da pesquisa científica com o sistema produtivo.

⁵ Estado do Bem Estar

2.1. AS ETAPAS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE ROSTOW

Rostow (1974) em seus trabalhos já utilizava conceitos distintos para crescimento econômico e desenvolvimento econômico. Em sua obra seminal descreve que a grande maioria das sociedades que atingiram um alto grau de desenvolvimento econômico passaram por etapas, para desfrutar desse desenvolvimento.

As cinco etapas citadas por Rostow (1974) são:

- A Sociedade Tradicional – Etapa em que a produção *per capita* é limitada por um teto máximo representado pela baixa tecnologia do período. Grande parte da produção é agrícola. Essa fase é facilmente visualizada na Europa Medieval e nas Civilizações antigas do oriente médio;
- Pré-Condições para o arranco – De acordo com o autor é a segunda fase do desenvolvimento. Fase intermediária entre a Sociedade Tradicional e o Arranco e onde a ciência e a inovação tecnológica têm papel fundamental para o aumento da produção e o comércio internacional. A possibilidade de grandes lucros move os empresários a fazer investimentos de risco. Bancos, comércio exterior e transporte são impulsionados. O limitador dessa fase é basicamente cultural, pois é preciso romper paradigmas de valores e métodos de produção que ora não são compatíveis. Nessa fase é necessário um Estado que direcione o crescimento nacional, e não setorial;
- Arranco – É o momento quando a limitação dos paradigmas da fase passada se rompe e há um salto tecnológico, disseminado para toda a sociedade. A taxa de investimento se intensifica e a poupança interna começa a gerar frutos. A modernização agrícola se fortalece, não só na produção, mas na percepção do investidor;
- A Marcha para a Maturidade – Acontece quando os índices de crescimento da produção superam os de crescimento demográfico, diminuindo o desemprego. O comércio internacional se intensifica em virtude do aumento de novas indústrias. Nessa fase, o país toma as rédeas da produção, produzindo aquilo que considera necessário. A tecnologia é exportada para todos os níveis de produção;
- A Era do Consumo em Massa – A maioria da população vive nos centros urbanos e possui estabilidade financeira, o que lhe dá o direito de escolher e comprar o que quiser. Nessa fase, surgem demandas que vão além do consumo e da produção. As preocupações com o bem-estar social e a qualidade de vida dominam as pautas governamentais.

Rostow (1974) vaticinou ainda, que haveria uma nova fase que ele denominou “para além do consumo em massa”. No momento da publicação de seu livro, o autor relata que ainda não se sentia seguro para discorrer sobre essa nova fase, mas acreditava que as novas gerações já abastecidas pelo consumo em massa, aprofundariam os laços familiares desejando uma família maior, conferindo ao mundo nessa fase, a volta do crescimento populacional, que havia estagnado em fases anteriores.

A análise de Rostow (1974) é considerada datada por muitos teóricos, mas continua a se fazer presente no referencial de muitos trabalhos que discorrem sobre o desenvolvimento.

Ao se pensar no desenvolvimento de um país, deve-se ter em mente que ele não ocorrerá em todos os lugares nem ao mesmo tempo (PERROUX, 1967). Nesse sentido, devem ser despendidos esforços a fim de dinamizar regiões específicas que apresentem elevado potencial de expansão econômica. É com essa perspectiva que o estudo da economia regional vem crescendo desde os anos 1950. Haddad (1974) afirma que no Brasil, muitos estudos foram, e continuam sendo, realizados visando diagnosticar os problemas que afetam o desenvolvimento regional. Tais estudos configuram-se de elementos de suma importância para uma perspectiva de planejamento regional que impulse o desenvolvimento.

3. O DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As teorias que discorrem sobre o desenvolvimento regional, de acordo com Oliveira e Lima (2003), partem da ideia de uma força motriz, exógena que por meio de reações em cadeia influencia as demais atividades econômicas. Ao se tratar do desenvolvimento regional, deve-se ter em mente a “[...] participação da sociedade local no planejamento contínuo da ocupação, do espaço e na distribuição dos frutos do processo de crescimento”. (OLIVEIRA e LIMA, 2003 p. 31). As teorias do desenvolvimento regional servem para dar suporte às políticas econômicas que alavancam a sociedade regional.

Cavalcante (2008) considera difícil definir quem foi o primeiro teórico a discorrer sobre as aglomerações como sendo um fator de atração locacional. O autor considera que Marshall (1996), se não o primeiro, foi um dos mais importantes teóricos a tratar do assunto. Em sua obra trata dos ganhos de escala internos à firma, bem como se preocupa em explicar as externalidades. Acreditava o autor que muitas vezes o mais importante não era o tamanho das fábricas, mas sim, quais eram e como estavam dispostas perante a vizinhança.

Desse modo, os anos 50 foram profícuos no que se refere a expansão ou ao surgimento das novas teorias sobre o desenvolvimento regional. Grandes foram os debates e, no caso da América Latina, a CEPAL contribuiu de forma muito eficaz na divulgação, bem como, na discussão dessas teorias.

Para Cavalcante (2008), até a efetivação dos impactos da terceira revolução industrial nas teorias de desenvolvimento regional, as correntes de pensamento predominantes sobre o assunto dividiam-se em:

- As teorias desenvolvidas a partir dos trabalhos de Von Thünen em 1926 e de Isard em 1956, que priorizavam o fator localização;
- As teorias que evoluíram da abordagem de Marshall em 1890 e Keynes em 1936 cujos principais representantes foram Perroux (1967), Myrdal (1965) e Hirschman (1961), que enfatizavam o desenvolvimento através da industrialização.

As teorias de Perroux, Myrdal e Hirschman entraram em voga e passaram a inspirar políticas públicas que buscavam o desenvolvimento regional. A contribuição desses autores, no que se refere ao tema, de acordo com Cavalcante (2008), introduziu a interdisciplinaridade na abordagem de questões que tinham um viés exclusivamente econômico, o que dificultou um mapeamento de seu fluxo de uma forma contínua.

A seguir, serão apresentadas as contribuições teóricas desses autores no que tange ao desenvolvimento regional e ressalta-se que utilizar-se-á a contribuição de Hirschman com maior peso na análise do desenvolvimento econômico do oeste do Paraná.

3.1 A TEORIA DOS PÓLOS DE CRESCIMENTO DE PERROUX

Ao iniciar sua explanação sobre os Pólos de Crescimento Perroux (1967) descreve sobre o surgimento e a expansão de indústrias que acontece em função dos preços das mercadorias e dos consequentes fluxos monetários. A transformação da natureza de matéria-prima ao produto final é propiciada por novas e constantes invenções que dão origem a novas indústrias e movimentam esse sistema. Porém, o autor decreta: “[...] o crescimento não surge em toda a parte ao mesmo tempo; manifesta-se com intensidades variáveis, em pontos ou pólos de crescimento; propaga-se, segundo vias diferentes e com efeitos finais variáveis no conjunto da economia”. (PERROUX, 1967 p. 164).

A Teoria dos Pólos de Crescimento, introduzida por Perroux nos anos 1950, de acordo com Lima (2006) não se baseia na concorrência entre as fábricas presentes num determinado lugar, e sim, em empresas específicas, que pela sua posição e tamanho podem exercer influência sobre as demais, firmando um papel dominante sobre elas.

Na medida em que o lucro é o motor da expansão e crescimento capitalistas, a ação motriz não decorre já da prossecução e realização de lucro por cada empresa individual, apenas ligada às outras pelo preço, mas sim da prossecução e realização de lucro por empresas individuais que singularmente sofrem as consequências do volume de produção, do volume de compras e serviços e da técnica praticada pelas outras empresas. (PERROUX, 1967 p. 168).

Para Perroux (1975) em se tratando de crescimento, algumas empresas despertam mais atenção que outras. Um Pólo de Crescimento surge pelo aparecimento de uma Indústria Motriz, que consegue separar seus fatores de produção e acaba por provocar uma concentração de capitais, aumentando seu poder. A Indústria Motriz possui assim, num primeiro momento, um crescimento mais acelerado do seu produto se comparado ao crescimento médio da indústria. Porém, esse crescimento não é permanente.

Nesse sentido, Perroux (1967) aborda três elementos de análise sobre os Pólos de Crescimento, que são os seguintes:

1. A Indústria-Chave: Indústria que quando aumenta sua produção, eleva consigo a produção da indústria e/ou indústrias vizinhas. A primeira é chamada de indústria motriz e as demais de indústrias movidas. A estratégia desse tipo de indústria (caso não seja monopolista), é diminuir seu preço via ganhos de escala, e com isso aumentar gradativamente a produção. O aumento da produção da indústria motriz deve propagar-se às indústrias movidas. Dessa forma, é considerada uma Indústria-Chave aquela indústria cujo seu aumento de produção gera, no conjunto, um aumento muito maior do que o da sua própria produção. Um aumento de produção numa Indústria-Chave leva a um crescimento maior no sistema produtivo;
2. O Regime não concorrencial do complexo: É um sistema instável, pois irá gerar uma combinação de forças oligopolistas. Nesse sistema, a empresa dominante aumenta sua capacidade produtiva, e realiza um aumento de capital muito maior do que realizaria num ambiente exclusivamente competitivo. As indústrias envolvidas num sistema não competitivo de agrupamento tornam-se oligopólios e desfrutam desses benefícios. Os conflitos entre as grandes unidades e seus grupos, influenciam diretamente nos preços, na produção e nos custos;
3. O efeito da Aglomeração Territorial: O efeito da Aglomeração Territorial funde os dois elementos discutidos acima. “Num pólo industrial complexo geograficamente concentrado e em crescimento, registram-se efeitos de intensificação das atividades econômicas devidos à proximidade e aos contactos humanos”. (PERROUX, 1967 p. 174). A Aglomeração Industrial Urbana gera um efeito de consumo progressivo nos habitantes do lugar, bem como gera um aumento das necessidades coletivas como habitação, transportes, serviços públicos, etc.

Já Andrade (1987), analisando a questão, considera o pólo como “o centro econômico dinâmico de uma região, de um país ou de um continente e que o seu crescimento se faz sentir sobre a região que o cerca, de vez que ele cria fluxos da região para o centro e refluxos do centro para a região”. (ANDRADE, 1987 p. 59).

Assim, um pólo industrial complexo e geograficamente aglomerado pode, segundo Perroux (1967), modificar não só o ambiente geográfico regional, mas, se for suficientemente poderoso, a economia de um país como um todo. Isso se dá em função de sua forte interdependência técnica (*linkages*) com muitas outras indústrias. A influência da Indústria Motriz acaba por gerar efeitos sobre as estruturas de produção e de demanda.

Ademais, para Andrade (1987), os efeitos da Indústria Motriz não devem ser considerados como permanentes, haja visto que uma indústria que provocou o aparecimento de um pólo, caso não se renove, pode não promover o desenvolvimento de uma série de indústrias que ajudariam a dinamizar tal pólo. Ao final do processo o resultado pode ser o desaparecimento do pólo, e transferência de seus efeitos para outros centros ou outros pólos.

Perroux (1967) afirma ainda que concentrações de homens, de capital fixo, bem como a rigidez de instalações e estruturas que observam-se no desenvolvimento de um pólo, mostram também todas as suas características quando entram em declínio, de modo que, de prosperidade e progresso, o pólo torna-se um centro de estagnação.

Contudo, uma economia nacional em crescimento passa a caracterizar-se, segundo Perroux (1967), como uma combinação de agentes ativos (indústrias motrizes, pólos de indústrias e de atividades geograficamente concentradas) e agentes passivos (indústrias movidas, regiões dependentes dos pólos concentrados), de modo que, os primeiros estimulam nos segundos, características de crescimento. Esse fenômeno gera consequências para a análise de crescimento, tais como: conflito entre espaços econômicos de grandes unidades econômicas e os espaços politicamente organizados nos Estados nacionais; e desperdícios provocados por políticas nacionais ultrapassadas que acabam por prejudicar o desenvolvimento.

De modo que o desenvolvimento não surge simplesmente pela introdução de pólos de desenvolvimento, pois muitas vezes provoca desequilíbrios econômicos e sociais, uma vez que transfere salários e rendimentos adicionais, sem necessariamente aumentar a produção de bens de consumo locais, transfere mão-de-obra sem gerar um novo enquadramento social, concentra investimentos e inovações sem necessariamente aumentar a vantagem de outros locais, em que, o desenvolvimento pode estar retardado. (PERROUX, 1967).

Assim, para o autor é necessário proceder transformações de ordem mental e social na população, para que o acúmulo do produto real seja duradouro. Para acontecer o desenvolvimento, a população precisa despertar e atentar para tal. Isso se evidencia principalmente nos países subdesenvolvidos, em que as economias desarticuladas e duais corroboram com a escassez de moradia, saúde e educação. Com ações que estimulem o trabalho, a poupança e a inovação, o desenvolvimento pode ser conseguido.

3.2 A TEORIA DA CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA DE MYRDAL

Myrdal (1965) faz uma análise macropolítica do desenvolvimento, e nessa análise ele considera que o desenvolvimento se dá de formas diferentes entre os países, assim, divide-os em dois grupos:

- Desenvolvidos – Detentores de altos níveis de renda *per capita*, integração nacional e investimento;
- Subdesenvolvidos – Possuidores de baixos níveis de renda *per capita* e com baixos índices de crescimento.

Segundo Myrdal (1965), a Teoria Econômica, não foi elaborada para explicar o subdesenvolvimento, nem tão pouco o desenvolvimento, uma vez que nos países ditos desenvolvidos existem regiões estagnadas, e em contrapartida, nos países considerados subdesenvolvidos existem regiões altamente desenvolvidas. Dessa forma, o autor faz as seguintes considerações:

- a. Existem menos países em situação econômica favorável do que o inverso;
- b. Os países de situação econômica favorável normalmente apresentam um desenvolvimento econômico contínuo, dificilmente ocorrendo nos demais;
- c. Nas últimas décadas aumentaram as disparidades econômicas entre esses países.

Aponta ainda, Myrdal (1965) que na explicação do desenvolvimento e subdesenvolvimento estão envolvidos inúmeros fatores econômicos e também fatores não-econômicos. Esses últimos são geralmente desprezados pelos economistas por sua difícil mensuração, mas são de fundamental importância para explicar esses fenômenos.

Utiliza-se do Circulo Vicioso da Pobreza para explicar o processo circular negativo das economias, em que cita Nurkse:

O conceito envolve, naturalmente, uma constelação de forças, que tendem a agir e a reagir interdependentemente, de sorte a manter um país pobre em estado de pobreza. [...] Assim, um homem pobre talvez não tenha o bastante para comer; sendo subnutrido, sua saúde será fraca; sendo fraco, sua capacidade de trabalho será baixa, o que significa que será pobre, o que por sua vez, implica dizer que não terá o suficiente para comer; e assim por diante. Uma situação dessas, aplicada a todo um país, pode reduzir-se a uma proposição truística: “um país é pobre porque é pobre”. (MYRDAL, 1965, p. 32)

Assim, em sua Teoria da Causação Circular Cumulativa, busca mostrar que o crescimento da economia em uma região, gera um “Círculo Virtuoso” impulsionado pelo movimento de capitais, migração de capital humano, aumento da

taxa de natalidade, etc. De um modo inverso, as economias não beneficiadas por esse processo desenvolvem um “Círculo Vicioso” em que o fechamento de empresas, amplia o desemprego, que por sua vez diminui a renda da região, que gera novos desempregos.

A Teoria da Causação Circular preocupa-se em analisar as inter-relações que acontecem dentro de um sistema social, enquanto o sistema econômico movimenta-se com base em questões exógenas. Tanto que, deparando-se com o cenário da discriminação racial inata aos EUA, especialmente na década de 60, Myrdal *in* Rose (1968), utiliza a Teoria da Causação Circular para explicar como o Negro Americano ocupa as camadas mais baixas da sociedade, com baixíssimos índices sociais. No livro, o autor demonstra que os Negros americanos não estão confinados numa única região, porém em função do preconceito, acabam por tornarem-se isolados num grupo social distinto, e com poucas chances de ascensão. O preconceito, oriundo da população branca, aliado com o baixo padrão de vida da população negra, inter-relacionam-se agravando continuamente a pobreza da comunidade negra norte americana.

Variáveis como educação, preconceito, saúde, emprego, etc., estão coligadas a um sistema de Causação Circular, no qual qualquer mudança em alguma delas, desencadeia mudanças secundárias no sistema. Por sua vez, estas geram mudanças terciárias na variável que as originou, e isso se repete continuamente, intensificando o movimento inicial.

Assim, o autor discorda da teoria do equilíbrio geral, uma vez que, “O sistema não se move, espontaneamente, entre forças, na direção de um estado de equilíbrio, mas, constantemente, se afasta dessa posição” (MYRDAL, 1965 p. 34). A Causação Circular tende a tornar o processo acumulativo, aumentando de forma rápida sua velocidade.

Então considera que primeiramente devem ser identificados os fatores que influenciam no processo, ou seja, quantifica-se a interação desses fatores entre si, para depois verificar como eles reagem a fatores exógenos. Procedendo dessa forma, poderá ocorrer uma ação direcionada de intervenção pública visando sanar possíveis problemas. Assim, quanto maior for o conhecimento a respeito dos fatores analisados, mais eficientes tornam-se os efeitos de medidas públicas.

Quanto mais conhecermos a maneira pela qual os diferentes fatores se inter-relacionam – os efeitos que a mudança primária de cada fator provocará em todos os outros – mais seremos capazes de estabelecer os meios de obter a maximização dos resultados de determinado esforço político, destinado a mover e alterar o sistema social. (MYRDAL, 1965 p. 43)

Quando amplia-se a noção da Teoria da Causação Circular, pode-se explicar uma infinidade de fenômenos. O fechamento de uma indústria⁶ numa região gera de imediato a perda de empregos diretos, e a conseqüente queda na renda local. Por sua vez, isso provoca uma queda nas demais atividades da região. Caso medidas exógenas não sejam tomadas, a comunidade pode perder sua atratividade, gerando uma migração dos fatores de produção para outros locais em busca de novas oportunidades.

Myrdal (1965) possuía uma visão muito crítica no que se refere à tendência de concentração das atividades econômicas, nas quais se fazia necessária uma política intervencionista na produção industrial evitando que atividades econômicas e culturais concentrem-se em poucas localidades privilegiadas e escasseiem em outras.

Se as forças de mercado não fossem controladas por uma política intervencionista, a produção industrial, o comércio, os bancos, os seguros, a navegação e, de fato, quase todas as atividades econômicas que, na economia em desenvolvimento, tendem a proporcionar remuneração bem maior do que a média, e, além disso, outras atividades como a ciência, a arte, a literatura, a educação e a cultura superior se concentrariam em determinadas localidades e regiões, deixando o resto do país de certo modo estagnado. (MYRDAL, 1965 p. 51 e 52)

Para Myrdal (1965), o crescimento de uma comunidade gera *backwash effects* (efeitos regressivos) nas circunvizinhas exacerbando as disparidades regionais via migração seletiva, fluxos de capitais, e do livre comércio para regiões ricas e avançadas.

Os *backwash effects* também geram *spread effects* (efeitos propulsores) em que, de acordo com Myrdal (1965), representam os ganhos obtidos nas regiões em estagnação, via fornecimento de bens de consumo ou matérias-primas às regiões em crescimento, bem como sendo beneficiadas pelos transbordamentos tecnológicos. Dessa forma, se grande parte dos trabalhadores estiverem empregados, os *spread effects* podem desencadear também uma expansão nas indústrias de bens de consumo.

Mesmo gerando *spread effects* o autor considera que dificilmente serão estabelecidos os pré-requisitos para uma análise de equilíbrio numa região. Assim, essas regiões continuarão estagnadas e o problema da disparidade torna-se um problema de diferentes taxas de progresso entre as regiões de um mesmo país, visto que o desenvolvimento não ocorre igualmente em todas as regiões.

As diferenças regionais nos países desenvolvidos são menos significativas do que nos países subdesenvolvidos em função de que quanto mais desenvolvido é um país, maiores serão os *spread effects* e os *backwash effects* que

⁶ O Documentário Roger e Eu (1989) dirigido por Michael Moore, descreve o fechamento de onze fábricas da General Motors na cidade de Flint no Estado de Michigan nos Estados Unidos, apresentando de forma clara e objetiva os efeitos gerados por evento na economia da região. No filme trinta mil trabalhadores são demitidos de onze fábricas da General Motors, deslocando a curva de demanda da cidade. Tal queda provoca o fechamento de inúmeras outras empresas, diminuindo ainda mais de demanda agregada, numa espiral contínua.

acabam por neutralizarem-se. Já em países subdesenvolvidos acontece o oposto, os *spread effects* são minimizados o que dificulta o progresso.

Para minimização dos *backwash effects*, Myrdal (1965) aponta que o Estado, por ser a manifestação da sociedade organizada, deve através de suas instituições, agir de forma ativa, inibindo a tendência de concentração do processo cumulativo. O *laissez-faire* contribui para o processo cumulativo. O Livre mercado quando não sofre nenhum controle por parte do Estado gera uma concentração cada vez maior.

Não posso resistir à tentação de repetir a citação da Bíblia: “a quem tem será dado e terá em abundância, mas de quem não tem será tomado mesmo o que tem”. Que há uma tendência inerente no livre jogo das forças do mercado a criar desigualdades regionais e que essa tendência tanto mais se agrava quanto mais pobre for um país, são as duas leis mais importantes do subdesenvolvimento e do desenvolvimento econômico no regime do *laissez-faire*. (MYRDAL, 1965 p. 63)

Desse modo, contrariando os Neoclássicos, Myrdal (1965) acredita que os países precisam elaborar um plano estratégico de intervenção nas forças de mercado, de modo a condicioná-las a alavancar rumo ao progresso social. Em países subdesenvolvidos é aceitável que os governos intervenham na economia e assumam várias funções que estimulem o desenvolvimento buscando uma melhora no padrão de vida da população. Nesses termos, fazem-se necessárias medidas que compensem os *backwash effects* e incentivem o investimento e a alocação de capitais para setores como de infra-estrutura, transportes, tecnologia agrícola, etc. São necessários, também, maciços investimentos em educação, saúde e capacitação. As políticas governamentais além de democráticas, devem se focar nos *spread effects*.

Myrdal (1965) aponta ainda que, na realização dos planos estratégicos de desenvolvimento, não deve haver preocupações com relação a custos e lucros, pois os investimentos necessários nem sempre são lucrativos em termos de mercado. O que deve ser considerado como fundamental é a criação de economias externas que elevem a competitividade do país ou região.

Além de Myrdal (1965) e Perroux (1967 e 1975) houveram outros teóricos que tentaram explicar o desenvolvimento de uma região. Dentre esses pensadores, destaca-se Hirschman (1961) que utilizou dos efeitos encadeadores para frente e para trás, para discorrer sobre esse fenômeno.

3.3 OS ENCADEAMENTOS PRODUTIVOS DE HIRSCHMAN

Hirschman (1961) considera que nos países tidos como retardatários, ou seja, que ainda não atingiram o desenvolvimento é preciso criar as condições para que este se manifeste, o que dificilmente acontece de uma forma espontânea.

Mesmo considerando-se em desacordo com grande parte da literatura existente sobre o desenvolvimento, Hirschman (1961) defende que se um país subdesenvolvido não consegue se suprir das características necessárias ao desenvolvimento (como capital, educação técnica, sistema bancário adequado, infra-estrutura), isso se dá, em função da dificuldade desse país em tomar decisões para que os pré-requisitos fundamentais para o desenvolvimento possam ser estabelecidos. “Se o atraso é devido à insuficiência numérica, ao ritmo das decisões de desenvolvimento e à realização inadequada das tarefas desenvolvimentistas, então, o problema fundamental do desenvolvimento consiste em gerar e revigorar a ação humana em determinado sentido” (HIRSCHMAN, 1961 p. 48).

Em seu trabalho, o autor refuta a abordagem clássica amparada no determinismo via círculo vicioso e analisa a realidade dos países subdesenvolvidos na busca das condições essenciais para o desenvolvimento. Desse modo, ampara sua tese nos desequilíbrios como fatores do desenvolvimento econômico, desencadeadores de uma visão progressista que auxiliaria no processo.

Assim, ao planejar estratégias para o desenvolvimento, devem ser consideradas medidas sequenciais que conduzam à formação de capital complementar e de conformidade com o aprendizado local, porém sem acabar com os desequilíbrios que devem continuar a estimular o processo (RIPPEL, 1995).

Quanto à escassez de fatores produtivos nos países, Hirschman (1961) considera uma deficiência de organização, que dificulta a dinamização de pré-requisitos para o desenvolvimento. Dessa forma, considera que em países subdesenvolvidos (*latecomers*) muitas vezes, faz-se necessária a intervenção do Estado no intuito de alavancar as oportunidades de investimento local.

Nesse sentido, Hirschman (1961) acredita que em países subdesenvolvidos não devem ser empregadas ideias desenvolvimentistas pré-concebidas, uma vez que o fator principal do investimento é a capacidade de investir que está intimamente atrelada aos setores modernos da economia e ao empreendedorismo local.

O desenvolvimento acontece como uma cadeia de desequilíbrios em que o crescimento econômico manifesta-se nos setores líderes e é transferido para os setores satélites de uma forma desequilibrada. A intervenção Estatal surgiria para focar os objetivos de crescimento e alavancar esse processo.

Hirschman (1961) aponta ainda os desequilíbrios como uma forma de investimento induzido, em que um desequilíbrio gera uma ação que gerará um novo desequilíbrio, gerando uma nova ação. Em cada estágio, as indústrias

utilizam-se das economias externas criadas pelo crescimento anterior, criando também novas economias externas que serão apropriadas por outras indústrias.

Nesse processo, devem ser considerados os desestímulos ao desenvolvimento. Esses desestímulos vêm de aspectos desfavoráveis de infra-estrutura, serviços públicos, logística, financeira, etc.. Sendo assim, a execução de projetos cadenciados deverá atingir de forma efetiva os gargalos ao desenvolvimento, e estimular o investimento local.

Visando diferenciar tais projetos, Hirschman (1961) os caracteriza em: de Capital Fixo Social - CFS (*Social Overhead Capital* - SOC) e Atividades Diretamente Produtivas – ADP (*Directly Productive Activities* - DPA). O primeiro visa atender a infra-estrutura e os serviços básicos (transporte, energia, rodovias, educação, saúde, saneamento, etc.) fundamentais para o bom andamento das atividades industriais. Na segunda classificação de projetos, são tratadas as atividades produtivas de todos os setores econômicos (primário, secundário e terciário). Uma vez feito isso, deverá ser traçada uma combinação entre ambos os investimentos de modo que maximize a eficiência marginal do capital e com isso ocorra um aumento do investimento na produção.

Expostos os benefícios advindos pelos projetos de investimento, Hirschman (1961) passa a discorrer sobre dois mecanismos de indução de investimento, inerentes ao ADP: os Efeitos em Cadeia Retrospectiva (*backward linkage effects*) e os Efeitos em Cadeia Prospectiva (*forward linkage effects*), em que a combinação de ambos os efeitos poderia ser considerada o caminho mais eficiente ao crescimento econômico.

Com base nesse raciocínio o surgimento de uma indústria, pode induzir o surgimento de outras indústrias satélites, cujas principais características são:

- a) Grande vantagem locacional em função de sua proximidade com a indústria mestre;
- b) Seu principal *input* é um *output* da indústria mestre;
- c) Sua escala mínima de produção é menor que a da indústria mestre.

Uma vez instalada a indústria mestre a probabilidade de instalação das indústrias satélites é muito alta em função de economias externas e de complementaridade. Hirschman (1961) considera os dois efeitos de cadeia muito importantes, porém acredita que a cadeia retrospectiva apresenta um efeito desencadeador de desenvolvimento maior.

Contudo, para Hirschman (1961) não se deve conceber a ideia de que os encadeamentos resolverão todo e obstáculo ao desenvolvimento.

[...] por motivos óbvios, não se deve depositar excessiva confiança nessas classificações, baseados que são numa experiência mental, sujeita a inúmeras alterações. O desenvolvimento industrial, é claro, não se pode iniciar em toda parte pela indústria do ferro e do aço, só porque esta indústria leva ao máximo a cadeia. É muito mais útil observar a estrutura de países subdesenvolvidos e verificar como surgem, em regra geral, os efeitos em cadeia. Tal análise provavelmente fornecerá alguns dados sobre a possibilidade de influenciar o desenvolvimento de modo a distender esses efeitos. (HIRSCHMAN, 1961, p. 168).

Para Hirschman (1961), a industrialização, no que tange aos bens intermediários é mais propensa a estimular os efeitos em cadeia, principalmente os efeitos retrospectivos.

Rippel (1995) explica os encadeamentos retrospectivos como frutos de um crescimento autônomo motivado por um novo investimento, ou pela capacidade produtiva já instalada. As pressões de demanda impulsionam através dos encadeamentos, o crescimento de outros setores relacionados. Com relação aos encadeamentos prospectivos, explica que seu surgimento ocorre em virtude do aumento de produção de um determinado fator produtivo, que estimula a produção de outras indústrias devido ao seu excesso de oferta.

A produção primária, praticamente, não gera efeitos de cadeia retrospectiva, com exceção da moderna agricultura mecanizada, mesmo assim tais efeitos são de todo modestos. Grande parte da produção agrícola destina-se ao consumo ou à exportação, encerrando o processo. Em função disso, destaca a superioridade da indústria como geradora de efeitos em cadeia.

Dessa forma, ainda em seu trabalho de 1961 argumenta que nos países subdesenvolvidos apenas um pequeno percentual da produção agrícola recebe um beneficiamento aprimorado. Porém, considera que por mais que grande parte da produção agrícola seja destinada à exportação, esta, com seus recursos, propicia a importação que pode ser o fator inicial para o desenvolvimento.

Explica Rippel (1995) que a industrialização de um país pode começar simplesmente com indústrias que produzam bens para o consumo final, assim não existe mercado para bens intermediários. Nesse cenário são concebíveis apenas dois tipos de indústria: aquelas que transformam produtos primários em bens finais; e aquelas que transformam produtos inacabados importados em bens finais (toques finais).

Assim, normalmente os países subdesenvolvidos iniciam sua atividade industrial com o segundo tipo de indústria, as montadoras de produtos que foram previamente manufaturados em países desenvolvidos. Uma vez instaladas essas indústrias, muitos países subdesenvolvidos, iniciam atividades de fornecimento de bens intermediários, desenvolvidos nacionalmente que visam o abastecimento dessas montadoras estrangeiras, gerando inúmeros efeitos de cadeia retrospectiva. “Os efeitos em cadeia retrospectivas têm importância, não só da produção secundária para a primária, como também da terciária retroagindo para ambas – a secundária e a primária”. (HIRSCHMAN, 1961, p. 174).

Hirschman (1961) considera que são justificadas intervenções governamentais no tocante à diminuição de tarifas, imposto sobre o consumo, subsídios ao consumo, desde que seja possível comprovar que um aumento no padrão de consumo acabe por promover vultuosos efeitos em cadeia retrospectiva, que acabariam por não acontecer sem tal intervenção.

Quanto aos efeitos em cadeia prospectiva, não são de fácil visualização, bem como não se manifestam de forma pura. Faz-se necessário o acompanhamento dos efeitos de cadeia retrospectiva, que resultam da pressão à procura.

Em se tratando das diferenças de desenvolvimento em regiões de um mesmo país, Hirschman (1961) explica que o desenvolvimento de uma localidade é responsável por gerar pressões sobre as localidades circunvizinhas, o que resulta em regiões desenvolvidas e subdesenvolvidas. Para o autor, os investimentos precisam ser concentrados no ponto inicial de desenvolvimento durante certo tempo, para que a economia do local se consolide. Emanarão desse ponto inicial, dois efeitos: Fluentes e de Polarização.

Os efeitos fluentes representam os benefícios recebidos por uma região subdesenvolvida advindos do transbordamento do desenvolvimento de uma região desenvolvida. Os efeitos de polarização são os efeitos desfavoráveis e representam o ganho de competitividade da região desenvolvida e o consequente poder de barganha que esta tem sobre as regiões menos desenvolvidas.

Hirschman (1961) possui uma visão diferente de Myrdal (1965), pois acredita que os efeitos fluentes irão se sobressair em relação aos efeitos de polarização o que favorecerá o crescimento da região subdesenvolvida pelo crescimento da região desenvolvida. A decisão política favorável é fundamental para que isso funcione.

Os recursos públicos, advindos de políticas econômicas bem direcionadas, são capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões através de investimentos em áreas específicas. Hirschman (1961) destaca essa importância através de investimentos em projetos pontuais em áreas que já apresentam certo dinamismo a fim de que o crescimento gerado transborde através dos efeitos fluentes para as áreas de menor dinamismo. No curto prazo, o investimento público deverá induzir o crescimento privilegiando as áreas mais dinâmicas e consequentemente mais propensas ao crescimento.

Com relação aos governos, acredita que os mesmos têm a obrigação de fornecer a infra-estrutura social necessária para alavancar o setor produtivo, bem como elaborar estratégias de desenvolvimento, estabelecendo quais áreas serão prioritárias para isso. Quanto ao capital externo, deve atuar como agente de equilíbrio, quando o governo se mostra incapaz de dar continuidade.

North (1977a e 1977b) tem uma visão diferente sobre o desenvolvimento regional. Não despreza a importância da indústria, porém acredita que é a base exportadora da região que impulsionará o desenvolvimento regional.

3.4 A TEORIA DA BASE EXPORTADORA DE NORTH

As controvérsias imersas nas Teorias de Localização e de Crescimento Regional, de acordo com Lima e Simões (2009), despertaram em North (1977a e 1977b) na década de 1950 o desejo de explicar a dinâmica da economia norte americana, o que para esse autor, não era possível através das teorias vigentes.

Piffer (1997) considera os trabalhos de North (1977a e 1977b) como o ponto central da Teoria da Base Exportadora, bem como apresentam-se como um avanço da Teoria da Base Econômica. A Teoria da Base de Exportação é melhor aplicada quando direcionada a explicar regiões que cresceram já amparadas por uma estrutura capitalista.

North (1977a) buscou traçar uma teoria que divergi-se das etapas de crescimento econômico, amplamente debatidas na economia regional. O autor considera que tal estrutura não é passível de explicar todo e qualquer desenvolvimento regional citando, como exemplo, o caso dos EUA, em que sua colonização apresentava características capitalistas que visavam a exploração, produção e distribuição, porém não necessariamente na região onde essas ações ocorrem, ou seja, sem preocupações com o desenvolvimento local.

O autor cita como ponto de partida básico para a descrição do crescimento econômico regional os estudos sobre crescimento da economia Canadense realizados por Harold Innis, que apresentavam os produtos primários exportáveis como a base de tal crescimento econômico.

Essa teoria explica que após experimentar diversas culturas, os colonos atestavam qual a mais economicamente viável, e passavam a cultivá-la, gerando excedentes exportáveis e, consequente, vantagens comparativas nos custos de produção. Nesse estágio, fazia-se necessária a diminuição desses custos, principalmente os relacionados à infraestrutura de transportes. Assim, eram pleiteados subsídios e incentivos ao governo visando tal diminuição de custos.

A medida que as regiões cresciam em torno de uma base de exportação, desenvolviam-se as economias externas, o que melhorava a posição do custo competitivo de seus artigos de exportação. O desenvolvimento de organizações especializadas de comercialização, os melhoramentos no crédito e nos meios de transporte, uma força de trabalho treinada e indústrias complementares, foram orientados para a base de exportação. (NORTH, 1977a p. 300).

As universidades desempenham um papel de extrema importância, por meio da pesquisa e do desenvolvimento de novas técnicas de organização e de produção, além de capacitar a região para competir com outras, bem como com países estrangeiros.

Ao explicar o processo de crescimento econômico das regiões, North (1977a) faz uma distinção entre o que chama de indústrias de exportação⁷ e indústrias residenciais⁸. Para determinar a área de mercado de cada indústria, utiliza-se o conceito de quociente de localização, que compara a concentração de emprego em duas áreas distintas. Normalmente as indústrias que produzem para exportação apresentam índice acima de 1,00, o que significa que são mais especializadas que as de indústrias tomadas de referência.

Considera ainda que a base exportadora é a grande responsável pela renda absoluta *per capita* de uma região. “A análise de Vining indica que o emprego em uma indústria local tende a manter uma relação direta com emprego nas indústrias de exportação” (NORTH, 1977a, p. 302).

Outro conceito importante para o autor diz respeito aos centros nodais⁹, que crescem em razão das vantagens locais especiais, que diminuem os custos de exportação. Os centros nodais são responsáveis pelo incremento do comércio através de centros comerciais, que transacionam os produtos para exportação bem como os produtos importados e toda a sorte de indústrias subsidiárias, bancos, atacadistas, etc.

A vontade política regional converge-se no sentido de otimizar sua base de exportação, uma vez que o crescimento está intimamente ligado a ela. A industrialização, normalmente é apontada como fonte de crescimento. O autor considera que muitas vezes sua instalação é difícil em razão dos problemas apresentados por Hoover e Fischer: (1) necessidade de meios de transporte melhorados, o que demanda grandes investimentos; (2) intensificação da divisão geográfica do trabalho; (3) as regiões agrícolas não conhecem a tecnologia industrial.

Em alguma época, as regiões devem se transformar de uma base extrativa, em uma base exportadora industrial, e essa transformação estará cheia de dificuldades. Entretanto, tanto a alegação de que as regiões devem se industrializar para poder continuar crescer, assim como a alegação de que o desenvolvimento das indústrias secundária e terciária é, de certa forma, é difícil de se alcançar, baseiam-se em algumas incompreensões fundamentais. (NORTH, 1977a, p. 305)

A diminuição dos rendimentos provenientes da indústria extrativa, e o aumento da população fundamentam a importância da atividade industrial para o crescimento econômico. Porém, para o autor, uma região que possua uma base exportadora agrícola forte, pode ter uma parcela reduzida da população empregada no setor primário e apresentar um crescimento constante dos setores secundário e terciário, mas isso não quer dizer que o setor primário está em decadência, uma vez que os altos rendimentos do setor primário exportador possam estar impulsionando as atividades secundárias e terciárias locais.

Uma região com uma base exportadora primária deverá, dar margem para o surgimento de quatro novas indústrias:

- Indústrias voltadas para a matéria-prima, que aproveitam-se das vantagens de transferência do produto acabado;
- Atividades de serviço para a indústria da exportação;
- Indústria para consumo local;
- Indústrias sem raízes, onde o custo de transferência é baixo.

Uma observação importante é a de que não é pelo fato de haverem tais indústrias em uma região, que tal região é industrializada. Para o autor, uma região deve ser considerada industrializada quando sua base exportadora é composta, principalmente, de bens de consumo final, ou bens intermediários.

Piffer (2009) ressalta que para North é perigoso manter uma estrutura produtiva apenas primário-exportadora, sendo necessário estabelecer uma base mais ampla de exportação. Assim, as regiões que se especializarem em poucos produtos, como base de exportação, estarão mais suscetíveis a flutuações econômicas do que as regiões de base mais diversificada.

Considerando que o crescimento de uma região está intimamente ligado ao sucesso de sua base exportadora, nota-se que o declínio de um produto de exportação, deve vir acompanhado do surgimento de outro, caso contrário a região ficará estagnada. O declínio de um produto pode surgir de muitas variáveis, entre elas, o autor destaca: mudanças na demanda, exaustão de recurso natural, elevação dos custos dos fatores produtivos, mudanças tecnológicas, etc. Assim, “[...] a expansão de um setor de exportação é uma condição necessária, mas não suficiente, para o crescimento regional”. (NORTH 1977b p. 335)

O desenvolvimento dos transportes pode impulsionar uma região, em razão da diminuição de custos. A participação dos governos estadual ou federal é de grande importância nesse sentido, uma vez que, através de incentivos e investimentos, pode otimizar os custos da região tornando-a competitiva.

⁷ Indústrias que visam apenas a exportação do produto, não visando o mercado local.

⁸ Indústrias que visam o abastecimento local.

⁹ Lugares que apresentam vantagens em transferências estratégicas no que se refere aos custos de distribuição e aquisição, transformando-os assim em centros de processamento. Maiores informações sobre os centros nodais consultar Hoover (1951).

O aumento do investimento de capital numa indústria de transformação visa a obtenção do tamanho ótimo, bem como a um aumento da mecanização de processos e o desenvolvimento de serviços voltados a dinamizar a exportação.

Com o passar do tempo e o amadurecimento da região, a força de trabalho estará mais familiarizada com as tecnologias industriais, a indústria de exportação atinge seu ponto ótimo e os recursos antes aplicados nela passam a abastecer as indústrias locais. Nesse ambiente, o aparecimento de novas indústrias de exportação é mais fácil e poderá dinamizar ainda mais tal região.

Para o autor são poucos os dissidentes da teoria de que a agricultura contribui pouco para crescimento econômico, sendo ele próprio um desses dissidentes. Nesse sentido “[...] uma produção bem sucedida de bens agrícolas (ou mesmo, de muitos produtos extrativos) destinados à venda fora da região pode ser, e sob certas condições tem sido, o principal fator de indução do crescimento econômico, do desenvolvimento de economias externas, da urbanização e, eventualmente, do desenvolvimento industrial” (NORTH, 1977b, p. 334).

Defende tal posição com os seguintes argumentos: (1) a divisão do trabalho e a especialização da região são os principais fatores da expansão inicial; (2) a especialização da região é induzida pela produção de bens para exportação; (3) a adesão ao comércio internacional, ou mesmo nacional, em expansão tem sido fator de grande importância para o desenvolvimento econômico de várias nações.

Explica que ao analisar o crescimento econômico regional, atenta-se para os determinantes do setor exportador da região, mas, não se deve esquecer que a renda recebida de fora da região deverá ser considerada e analisada. Assim, tenta-se dar subsídios para explicar o porque das regiões apresentarem crescimento econômico diferenciado.

As regiões que permanecem vinculadas a um único produto de exportação, normalmente não conseguem um crescimento sustentável e ainda, não apresentam uma especialização ou diferenciação do trabalho, pois figura-se presa a uma única indústria e, exclui boa parte da população do mercado de trabalho.

Para que isso não ocorra, destaca três fatores que devem ser considerados:

1. Dotação dos recursos naturais da região a um dado nível tecnológico: determinação de quais bens poderão ser exportados de uma área. Se tais bens apresentarem uma grande vantagem comparativa para essa região em relação a outra, ocorrerá a concentração de forças na produção desses bens. Por outro lado, se as taxas de retorno sobre a produção de outros produtos não forem muito inferiores às do produto de exportação, com o crescimento da região, deverá ocorrer a diversificação da produção;
2. Caráter da Indústria de Exportação: vários são os aspectos que podem influenciar o crescimento regional através de sua indústria de exportação. Se o produto de exportação gerar uma concentração de renda com a qual uma minoria teria condições de comprar bens de luxo e a grande maioria praticaria agricultura de subsistência, não haveria incentivo para a instalação de atividades econômicas que visassem o mercado doméstico. Se a distribuição de renda na região for mais equitativa, haverá margem para uma diversificação de investimentos; Com relação à educação, na região em que houvesse maior concentração da riqueza, não haveriam grandes esforços no que tange à melhoria da educação e da pesquisa pelos detentores do capital. Na região de renda mais equitativa, esses investimentos tenderiam a se consolidar visando uma melhora no padrão competitivo da região, bem como no padrão social. Ainda se os produtos de exportação exigem investimentos em transportes, portos, armazéns, etc., estarão sendo geradas economias externas que favorecerão a diversificação de produtos, bem como o surgimento de indústrias subsidiárias à indústria principal, o que favorecerá a urbanização e uma conseqüente expansão das atividades comerciais da região;
3. Mudanças Tecnológicas e Custos de Transferência: Mudanças nesse fator podem gerar incentivos ao investimento ou desencorajar os detentores do capital, alterando uma possível vantagem comparativa da região. A mudança tecnológica pode gerar um melhor retorno de investimento e uma conseqüente mudança de área de atuação, enfraquecendo a antiga indústria de exportação. Os investimentos específicos no transporte dos produtos de exportação podem inviabilizar a constituição de novas atividades econômicas. Nas regiões novas, normalmente o transporte de produtos para exportação é feito num único sentido, pois o mercado interno é pouco expressivo, fazendo com que os cargueiros voltem vazios, barateando o frete aos produtos importados que se tornam competitivos em comparação aos produzidos localmente. Assim, ressalta o autor que “a utilização dada à renda recebida da indústria de exportação tem um papel decisivo no crescimento da região” (NORTH, 1977b, p. 339).

North (1977b) acredita que os problemas do desenvolvimento regional não podem ser explicados pela dicotomia agricultura versus industrialização, mas sim, de uma região conseguir se inserir nos grandes mercados mundiais, por meio de suas exportações.

Embora tenham sido apresentadas as teorias dos principais autores que abordam a questão do desenvolvimento, em razão desse estudo estar voltado para região oeste paranaense, faz-se necessária uma visão do desenvolvimento da América Latina. Nos próximos dois tópicos serão apresentadas as visões de desenvolvimento de Prebisch (1963) e Furtado (1963, 1974 e 1981) que abordam o problema do desenvolvimento nessa região.

3.5 A VISÃO DO DESENVOLVIMENTO DA AMÉRICA LATINA POR RAUL PREBISCH

Prebisch (1963) discordava das teorias vigentes até então sobre o desenvolvimento, uma vez que considerava que o desenvolvimento não viria de forma espontânea devido em razão da acumulação de capital e a redistribuição da renda não pudessem ser concebidas apenas pela livre força de mercado. Fazia-se necessária a intervenção governamental sobre a poupança, a terra e a iniciativa individual.

Para o autor um dos fatores que conspiravam contra os países subdesenvolvidos era o estrangulamento exterior do desenvolvimento econômico promovido pelos países desenvolvidos.

Por um lado a população dos grandes centros que adquirem produtos primários latino-americanos, cresce com maior lentidão que a dos nossos países, e isso influi sobremaneira na lentidão da procura. Por outro lado, a elasticidade da procura de alimentos é menor naqueles países do que entre nós, como também é menor a procura de matérias-primas, devido às transformações técnicas que diminuem ou eliminam o emprego de matérias-primas naturais, ou as utilizam melhor. (PREBISCH, 1963 p. 85)

O autor considera que a adoção do processo de substituição das importações nos países latino-americanos foi fundamental para a elevação da renda dos trabalhadores e para o crescimento econômico dos países participantes. Mas acredita que isso não seja suficiente e classifica essa política como a “etapa fácil” do processo de desenvolvimento. A etapa de produzir internamente bens de consumo é, segundo o autor, muito mais fácil em relação ao que é preciso ser feito nesse patamar, que é a produção de bens de capital e bens intermediários, tarefa muito mais complicada em função da alta tecnologia e conhecimento técnico empregado. Com isso, não decreta o fim do processo de substituição de importações, mas um novo degrau nesse processo.

Um outro ponto que o autor considera negativo ao desenvolvimento latino-americano gira em torno do o exagero na cobrança de tarifas alfandegárias instituídas para beneficiar os produtos produzidos internamente em relação aos estrangeiros. Tal política cumpriu seu papel ao proteger a indústria nacional insipiente, mas em contra-partida, privou a mesma da competição internacional e com isso da modernização e da eficiência produtiva. “A industrialização, cercada pelo protecionismo excessivo, como também os impostos exagerados sobre certos produtos agrícolas importantes, criaram uma estrutura de custos de dificulta sobremaneira a exportação de manufaturas para o resto do mundo”. (PREBISCH, 1963, p. 90).

Prebisch (1963) vislumbra uma possibilidade a ser considerada pelos países latino-americanos que diz respeito às restrições de mão-de-obra dos países centrais. Esses países possuem indústrias intensivas em capital e que, cada vez menos necessitam de mão-de-obra. Produtos que são intensivos em mão-de-obra, nessa lógica, deixariam de ser produzidos nos grandes centros e poderiam ser exportados pelos países em desenvolvimento. Ressalta o autor que são necessárias investigações empíricas entre os países exportadores e importadores para promover ações como esta.

A industrialização é o único caminho possível para combater o desequilíbrio externo que deteriora os termos de troca entre os países periféricos e os de centro, uma vez que ao longo do século XX o preço dos produtos agrícolas vem caindo e em relação ao preço dos produtos manufaturados que comportam-se numa ascendente. “Os países periféricos estão em posição diametralmente oposta à dos centros, em matéria de reciprocidade no intercâmbio. Estes exportam manufaturas cuja procura tende a crescer intensivamente, como o aumento da renda periférica; enquanto que aqueles exportam produtos primários, que tendem a crescer com lentidão, como a renda dos centros”. (PREBISCH, 1963 p. 92)

Nesse sentido, é muito cômodo para os países centrais esse tipo de comércio que gera superávits comerciais com a periferia, já esta, terá a tendência de apresentar déficits consecutivos, que comprometem seu balanço de pagamentos. A substituição das importações auxiliaria nesse processo diminuindo a pressão por produtos industrializados de um lado, e utilizando os fatores produtivos locais para a produção e abastecimento interno de outro.

Um impulsionador das exportações para os países periféricos, segundo o autor, seria a queda nas tarifas alfandegárias dos países centrais que além de promover as exportações dos países periféricos desencadearia também um aumento das importações promovidas por esses países de produtos manufaturados oriundos dos países centrais.

A instalação de um mercado comum latino-americano, segundo o autor é de grande importância, pois “tornará possível dividir racionalmente o trabalho nas novas atividades substitutivas, evitando os graves erros passados, e permitirá também ir corrigindo gradualmente esses erros nas atividades existentes, tanto agrícolas quanto industriais”. (PREBISCH, 1963 p. 95)

Com respeito à degradação dos fatores de troca entre os países periféricos e centrais, considera ainda o autor que existem duas diferenças fundamentais: o caráter essencialmente industrial das exportações dos centros, que tem como características uma elasticidade-renda da procura mais elevada, e quando esta satura-se novos produtos entram em circulação para substituí-la. Existe descolamento de mão-de-obra entre atividades, mas estas se fazem em grande medida no sentido indústria-indústria; Na produção primária ocorre o contrário.

Outra explicação para esse fenômeno são as diferenças de produtividade entre os países periféricos e centrais. Nos países centrais à medida que a produtividade sobe há um reflexo positivo nos salários. Nos países periféricos na qual os salários muitas vezes estão atrelados aos produtos primários de exportação, isso é mais difícil de ocorrer.

Para minimizar os efeitos dos termos de troca entre os países fazia-se necessária uma compensação por parte dos países centrais visando corrigir essa distorção.

Os efeitos de uma medida dessa natureza seriam similares aos que os países produtores poderiam conseguir, se chegassem a acordos para defender os seus preços, não só das suas flutuações periódicas, mas também da tendência para deterioração persistente. Não se poderia negar a complexidade dessas soluções, nem o fato de que, estabilizando os preços a níveis relativamente elevados, se estimularia o aumento da produção com o consequente agravamento da descida dos preços. (PREBISCH, 1963, p. 106)

Prebisch (1963) pondera que a instalação de um mercado comum latino-americano, seria fundamental para, em certa medida, auxiliar no desenvolvimento da região e minimizar as distorções que nela ocorrem.

Um importante intelectual brasileiro que trabalhou com Prebisch (1963) na CEPAL e concebeu um modelo próprio de desenvolvimento econômico latino-americano foi Celso Furtado (1963, 1974 e 1981). Suas ideias concebem a base do que é chamado movimento desenvolvimentista brasileiro.

3.6 A VISÃO DE DESENVOLVIMENTO DE CELSO FURTADO

O desenvolvimento econômico não é algo que possa ser simplesmente copiado. Inúmeros governantes tentaram, em vão, copiar fórmulas prontas, que se baseiam nas experiências de países desenvolvidos e tentam aplicá-las a países subdesenvolvidos gerando, na maioria dos casos, pouco sucesso. Nesse sentido Furtado acredita que tais teorias pregam “[...] que o *standard* de consumo da minoria da humanidade, que atualmente vive nos países altamente industrializados, é acessível às grandes massas de população, em rápida expansão que formam o chamado terceiro mundo”. (FURTADO, 1974, p. 14)

Ao tratar-se do desenvolvimento esta implícita a discussão da divisão internacional do trabalho, que segundo Furtado (1981 p. 83) “é fruto da iniciativa do núcleo industrial em seu empenho de ampliar os circuitos comerciais existentes ou de criar novos”. Contudo, as regiões que possuíam sua estrutura econômica voltadas para o exterior, introduziram-se em novos padrões de consumo e especialização do sistema produtivo, e dessa forma, constituíram a periferia do sistema capitalista.

A troca dos recursos naturais por produtos industrializados viabiliza ainda mais o caráter explorador do centro, pois além de conseguir os recursos de que necessita, e vender seus produtos, evita de empenhar recursos monetários a essa operação. Assim, as negociações bilaterais centro-periferia são extremamente favoráveis aos países centrais. Esses acordos extrapolam o nível econômico, pois além dos produtos transacionados há implícita a exportação da cultura.

Não há dúvidas que a divisão internacional do trabalho é responsável pelo excedente econômico que contribui para a riqueza das nações. Porém, os acordos bilaterais visam sempre o benefício de uma das partes, e como os países centrais tem maior poder de barganha, isso acaba se refletindo no resultado final das operações. Furtado (1981) aponta quatro situações que considera importes de serem comentadas sobre a acumulação dos excedentes:

- a. Apropriação do excedente exclusivamente em benefício do centro: A aplicação total ou parcial do excedente na periferia dependerá dos interesses do centro. Se houver pressão para aumento de salários, pode ser diminuída a oferta de novos empregos, ou a migração de mão-de-obra mais barata de outras regiões;
- b. Apropriação de uma parte do excedente por um segmento da classe dominante local: A atuação externa apresenta ganhos quando alia-se aos agentes locais. A burguesia originária do processo de divisão do trabalho e formação de excedentes sente-se ligada culturalmente com o centro e opera a parte que lhe cabe do excedente nesse viés;
- c. Apropriação de parte do excedente por grupos locais que o utilizam para ampliar sua própria esfera de ação: a atuação nesse sentido pode desempenhar-se de várias maneiras, entre elas o controle da terra, destruição de atividades artesanais, disputa pelos espaços ocupados nos setores de exportação, importação e mercado financeiro. Ressalta Furtado, que essa luta pelo controle não se reverte em prol da mudança social;
- d. Apropriação de parte do excedente pelo Estado: apresenta-se difundida em todas as partes do mundo em razão do seu papel de impulsionador do desenvolvimento. Caberia aí ao Estado o papel de agente formulador de políticas que através do excedente pudessem promover a reestruturação social.

Furtado (1974) destaca que a economia norte-americana é extremamente dependente de recursos não-renováveis importados de outros países. A abertura econômica americana e a implantação de suas empresas por vários países auxiliam nesse processo numa escala sem precedentes. Se todos os habitantes da terra consumissem o mesmo que consome o americano médio, não haveriam recursos naturais para todos.

Quanto à evolução estrutural do sistema capitalista, Furtado (1974) afirma que sua análise sempre foi feita tendo por base os países industrializados, que puderam utilizar os recursos naturais de mais fácil acesso e que encontraram nos países subdesenvolvidos o seu fornecimento.

As novas formas que está assumindo o capitalismo nos países periféricos não são independentes da evolução global do sistema. Contudo, parece inegável que a periferia terá crescente importância nessa evolução, não só porque os países cênicos serão cada vez mais dependentes de recursos naturais não reprodutíveis, por ela fornecidos, mas também porque as grandes empresas encontrarão na exploração de sua mão-de-obra barata um dos principais pontos de apoio para firmar-se o conjunto do sistema. FURTADO (1974 p. 58)

Furtado (1974) acredita que grande parte das dificuldades que os países periféricos enfrentam venha do fato de não conseguirem coordenar suas políticas internas em razão das suas políticas internacionais que favorecem as negociações com os países centrais. Isso se dá pela dificuldade que os países periféricos encontram de imporem-se nas negociações com os países centrais e pelo poder que as grandes empresas estrangeiras possuem. “Essa debilidade do Estado, como instrumento de direção e coordenação das atividades econômicas, em função de algo que se possa definir como o interesse da coletividade local passa a ser um fator significativo no processo evolutivo” (FURTADO, 1974 p. 60).

A crescente atuação das empresas estrangeiras, promovendo o crescimento de algumas regiões e proporcionando a elas uma inserção no consumo em massa, gera tensões sociais que precisam ser controladas pelo sistema de segurança do Estado, pois de outra forma, não é possível coordenar esse processo.

As grandes empresas estrangeiras acumularam tanto poder nos países periféricos que Furtado (1974 p. 61) afirma que “na medida em que a economia internacional passou a ser principalmente controlada pelas grandes empresas, a ação direta dos Estados do centro sobre as administrações dos países da periferia tornou-se desnecessária, sendo correntemente denunciada como discriminatória a favor de empresas de certa nacionalidade”.

O autor considera que a evolução do sistema capitalista como ele é, tende a aumentar a distância que separa os países periféricos dos centrais. Nesse sentido, a importância das grandes empresas estrangeiras no processo de acumulação gera uma tendência de homogeneização do consumo, nos países centrais o que não se verifica nos países periféricos que são aproveitadas por uma minoria privilegiada.

A minoria privilegiada que habita os países periféricos possui um peso relativamente alto no controle político e econômico. Com o passar do tempo esse poder tende a crescer, mas isso não se reflete na tendência de diminuição das discrepâncias entre os países centrais dos periféricos, muito pelo contrário.

Para Furtado, independentemente dos termos que rejam as novas relações entre os países periféricos e as grandes empresas estrangeiras, para que as iniciativas geradas traduzam-se em desenvolvimento, é necessária que haja incentivos ao consumo das massas bem como uma diminuição na diversificação de produtos que são consumidos pela minoria privilegiada, o que reduziria o desperdício e a pressão sobre os recursos naturais.

Assim, em função da escassez de recursos naturais, é impossível gerar nas economias periféricas o consumo conseguido nos países centrais. “Sabemos que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista”. (FURTADO, 1974 p. 75). A ideia de que é possível o desenvolvimento dos padrões de consumo às classes básicas sempre foi o combustível que as impulsionou as massas a contribuir com a concentração do capital, na esperança de um dia fazer parte dessa minoria.

Furtado (1974) considera que, caso não sejam tomadas providências que visem controlar o consumo desenfreado dos países centrais, não só os países periféricos, mas toda a existência humana corre risco, pois o planeta não suportará tal depredação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desejo de crescimento econômico é justificado pelos governos, uma vez que, com ele, amplia-se a arrecadação de impostos, geram-se mais emprego e conseqüentemente expande-se a demanda agregada. Porém, quando o crescimento econômico é absorvido por uma minoria, o desenvolvimento econômico torna-se cada vez mais distante de ser atingido. Sobre a questão, ao tratar do Brasil, Brandão (2012, p. 148) declara que “[...] construímos talvez a mais veloz máquina capitalista de crescimento e constituímos a mais desigual estrutura social e, provavelmente, a mais eficiente máquina de exclusão social do planeta”.

O Estado, que na visão de Hirschman, é grande propulsor do crescimento econômico, precisa também conduzir políticas que visem melhorar a distribuição de renda e aumentar a qualidade de vida da população, pois o sistema capitalista tende a homogeneizar o consumo e concentrar a renda. Nas palavras do autor “encareceu-se muitas vezes a urgência do Estado assumir a responsabilidade no domínio econômico, não para dar maior ímpeto ao desenvolvimento, através da elevação de todos os lucros, mas para incluir alguns dos custos sociais no cálculo econômico e, assim, moderar a implacabilidade e poder de destruição do desenvolvimento capitalista”. (HIRSCHMAN, 1961 p. 93)

Assim, todas as teorias apresentadas buscaram traçar um panorama do pensamento dos principais teóricos do desenvolvimento regional à fim de criar um cabedal analítico sobre o tema. Não se buscou, entretanto, esgotar a temática, a proposta é provocar futuras complementações de autores, bem como das novas teorias que abarquem o desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. **Espaço, Polarização & Desenvolvimento:** uma introdução à Economia Regional. 5ª Ed. São Paulo: Atlas, 1987. 120 p.

BRANDÃO, C. **Território e Desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. 2ª Ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. 238 p.

CARDOSO, F. H; FALETTTO, E. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 7ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 1970. 143 p.

CAVALCANTE, L. R. M. T. Produção Teórica em Economia Regional: uma proposta de sistematização. **Revista Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**. São Paulo, vol. 02, nº 1, p. 09-32, 2008.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963. 270 p.

_____. **O Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Círculo do Livro, 1974. 122 p.

_____. **Pequena Introdução ao Desenvolvimento**: enfoque interdisciplinar. 2ª Ed. São Paulo: Nacional, 1981. 161 p.

GALBRAITH, J. K. **Uma Viagem pelo Tempo Econômico**. São Paulo: Pioneira, 1994. 191p.

HADDAD, P. R. **Planejamento Regional**: métodos de aplicação ao caso brasileiro. 2ª Ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974. 244p.

HAFFNER, J. **CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina**: uma perspectiva sobre o desenvolvimento latino-americano. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

HIRSCHMAN, A. O. **Estratégia do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. 322 p.

HOOVER, E. M. **Localizacion de La Actividad Economica**. México: Fondo de Cultura Economica, 1951. 354 p.

KUZNETS, S. **Aspectos Quantitativos do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Forense, 1970. 89 p.

LIMA, A. E. M. A Teoria do Desenvolvimento Regional e o papel do Estado. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 24, nº 45, p. 65-90, Março, 2006.

LIMA, A. C. C.; SIMÕES, R. F. **Teorias do Desenvolvimento Regional e suas Implicações de Política Econômica no pós-guerra: o Caso do Brasil**. Belo Horizonte: UFMG/CEDEPLAR, 2009. 33 p.

MADUREIRA, E. M. P. **O Ressurgimento do Neoliberalismo**. 1998. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 1998. 74 p.

_____. **Análise das Principais Cadeias de Produção Agropecuárias no Processo de Crescimento Econômico do Oeste do Paraná**: 1985-2010. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel. 2012. 120 p.

MARSHALL, A. **Princípios de Economia**. Vol 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996. 368 p.

MEIER, G. M.; BALDWIN, R. E. **Desenvolvimento Econômico**. 1ª Ed. São Paulo: Mestre Jou, 1968. 766p.

MYRDAL, G. **Teoria Econômica e Regiões Subdesenvolvidas**. Lisboa: Editora Saga, 1965. 240 p.

NORTH, D. C. Teoria da Localização e Crescimento Econômico. in SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, p. 291-313, 1977a. 480 p.

_____. Teoria da Localização e Crescimento Econômico. in SCHWARTZMAN, J. **Economia Regional**: textos escolhidos. Belo Horizonte: CEDEPLAR/CETREDE-MINTER, p. 333-343, 1977b. 480 p.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba, v. 5, n. 2, p. 37-48, mai/ago. 2002.

OLIVEIRA, G. B.; LIMA, J. E. S. Elementos Endógenos do Desenvolvimento Regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de desenvolvimento sustentável. **Revista FAE**. Curitiba, v. 6, n. 2, p. 29-37, mai/dez. 2003.

PERROUX, F. **A Economia do Século XX**. Lisboa: Livraria Moraes Editora, 1967. 755 p.

_____. Nota Sobre o Conceito de “Pólo de Crescimento”. In: PERROUX, F; FRIEDMANN, J; TINBERGEN, J. **A Planificação e os Pólos de Desenvolvimento**. Porto: Edições Rés Limitada, p. 5-26, 1975. 82 p.

PIFFER, M. **A dinâmica do Oeste Paranaense: sua inserção na Economia Nacional**. 1997. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1997. 167 p.

_____. **A Teoria da Base Econômica e o Desenvolvimento Regional do Estado do Paraná no final do Século XX**. 2009. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional). Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. 2009. 167 p.

PREBISCH, R. **Dinâmica do Desenvolvimento Latino-Americano**. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1963.

RIPPEL, R. **Os Encadeamentos Produtivos de um Complexo Agroindustrial: um estudo de caso da Frigobras-Sadia de Toledo e das empresas comunitárias**. 1995. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Federal do Paraná, Curitiba. 1995. 120p.

ROGER E EU. Direção de Michael Moore. Los Angeles: Dog eat Dog Filmes. Warner Bros. Pictures, 1989. 1 Filme (90min): son., color.; DVD.

ROSE, A. **Negro: O Dilema Americano** – versão condensada de *an American Dilemma* de Gunnar Myrdal. São Paulo: Ibrasa, 1968. 379 p.

ROSTOW, W. W. **Etapas do Desenvolvimento Econômico**. 5ª Ed. Ampliada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1974. 274 p.

VASCONCELLOS, M. A.; GARCIA, M. E. **Fundamentos de Economia**. 3ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2008. 292 p.